

Racismo e educação: a temática étnico-racial em foco em uma Universidade pública

Racism and Education: Ethnic-Racial Focus on the Public University

Edna Martins¹

Submetido em 24 de janeiro e aprovado em 16 de abril de 2016.

Resumo: O trabalho apresenta o relato de uma experiência realizada em uma Universidade pública da região metropolitana de São Paulo na perspectiva da educação para as relações étnico-raciais. Tal experiência ocorreu por intermédio de um conjunto de atividades no âmbito de uma disciplina eletiva oferecida aos estudantes de vários cursos de um *campus* de Humanidades, no segundo semestre de 2015. A metodologia utilizada consta de descrição e análise de atividades promotoras de debates entre os alunos, além de depoimentos, relatórios e outros trabalhos dos graduandos dos cursos de licenciatura em História, Letras, Pedagogia, Filosofia e Ciências Sociais. Os resultados indicam a importância da implementação de políticas públicas capazes de possibilitar o desenvolvimento de programas de formação inicial e continuada de professores voltadas para discussões da temática das relações étnico-raciais como um dos elementos-chave na luta pela garantia de uma perspectiva antirracista na Educação Básica, tendo em vista que tal temática tem sido fator de grande interferência nas interações escolares com impacto direto na construção de uma escola mais justa e igualitária para negros e brancos.

Palavras-chave: Educação das relações étnico-raciais. Formação inicial de professores. Lei nº 10.639. Racismo. Políticas Públicas.

Abstract: The paper presents an account of an experiment conducted in a public university in the metropolitan area São Paulo, in the perspective of education for ethnic-racial relations. Such experience occurred through a set of activities within an elective offered to students of various courses of a campus of humanity, in the second half of 2015. The methodology consists of description and analysis of activities promoting debates among students, as well testimonials, reports and other works by graduates of these degree courses in History, Language, Pedagogy, Philosophy and Social Sciences. The results indicate the importance of implementing public policies that enable the development of initial and continuing education programs targeted teachers for thematic discussions of ethnic and race relations as a key element in the struggle for ensuring anti-racist perspective in Basic Education in order that this issue has been a factor of great interference in school interactions with direct impact in building a more just and egalitarian school for blacks and whites.

Keywords: Education of ethnic-racial relations. Initial training of teachers. Law 10.639. Racism. Public policy.

Introdução

No Brasil, nas últimas duas décadas, após as várias conquistas do Movimento Negro, incluindo a implementação da Lei 10.639/03, para o ensino da História e cultura afro-brasileira e africana, a implantação do sistema de cotas raciais nas universidades, além do Estatuto da Igualdade Racial, dentre outras, a discussão sobre as diferenças entre brancos e negros têm tomado cada vez mais espaço. Segundo Gonçalves e Silva (2000), a luta do Movimento Negro foi intensa, e, na década de 1980 esteve inteiramente envolvida com a problemática da democratização da educação, que foi uma das maiores bandeiras do movimento. Neste período, muitas foram as denúncias de racismo institucional e os flagrantes que mostravam a ideologia escolar dominante representada nos livros didáticos, na forma como os professores eram formados, no tratamento dispensado aos alunos negros, dentre outros. Num segundo momento, as lideranças partiram da denúncia para a ação efetiva que adentrou a década seguinte.

Embora na década de 1990 os temas que envolviam raça e educação ainda se mostravam uma articulação incipiente (PINTO, 1992), o debate sobre a temática foi tendo cada vez mais espaço, angariando professores e pesquisadores, brancos e negros, que, passo a passo, aumentaram o volume de publicações sobre o tema e, conseqüentemente, ampliaram o debate dentro e fora da Universidade. É deste período o aparecimento de vários trabalhos construídos numa ótica de denúncia no campo das relações raciais e da educação, como os de Munanga (1990); Rosemberg (1986;1987) e os de Hasenbalg e Silva (1988; 1990), que também apontavam as desigualdades sociais e educacionais associadas à raça/cor no Brasil.

Em entrevista a Guimarães (2006), Hasenbalg afirma que:

A pesquisa sociológica e demográfica sobre desigualdades raciais no Brasil não é nova nem escassa. Deixando de lado os estudos pioneiros do chamado “Projeto Unesco”, a tradição de pesquisa desenvolvida nos últimos 25 ou 30 anos dá forte sustentação à ideia de que os brasileiros não brancos estão expostos a desvantagens cumulativas ao longo das fases do ciclo de vida individual, e que essas desvantagens são transmitidas de uma geração a outra. (GUIMARÃES, 2006, p. 261).

Apesar da existência de pesquisas científicas em vários campos do conhecimento que denunciam que a democracia racial no Brasil não passa de um mito, a população negra ainda se encontra em parâmetros de desigualdade em todos os indicadores socioeconômicos (PAIXÃO; CARVANO, 2008). Por esse motivo, é urgente que o campo da educação se mobilize para aprofundar os estudos sobre a temática das relações étnico-raciais buscando medidas e ações que visem a equiparação de direitos entre brancos e negros, diminuindo a desigualdade histórica decorrente de anos de escravidão e exploração da população negra em solo brasileiro.

A questão do racismo e a defesa de um currículo multicultural tem sido objeto de estudos de muitos pesquisadores em várias partes do mundo ocidental. Nessa perspectiva, Taylor (1993) tem defendido uma política de reconhecimento legítimo de todas as diferenças e das identidades humanas nos contextos das instituições, assim como justifica que sejam concedidos direitos especiais às populações culturais minoritárias. Já Willinsky (2002), discorre sobre o multiculturalismo nas sociedades contemporâneas descrevendo como ocorrem alguns programas educacionais antirracismo em escolas canadenses como um meio de confrontar o flagelo do racismo e da discriminação racial, alertando que “não basta oferecer aos alunos, apenas a possibilidade de um estudo comparativo das diferentes culturas para que eles apreendam seu valor relativo” (WILLINSKY, 2002, p. 37).

Embora não seja o objetivo deste trabalho discutir sobre o paradigma multicultural ou intercultural trazido pelos autores já citados, cabe apontar que tais estudos têm buscado uma melhor compreensão sobre um mundo globalizado com novas demandas sociais. É nessa direção que se destaca o debate empreendido por Kymlicka (2007), apontando o multiculturalismo como um fenômeno global, ou ainda como um “guarda-chuva”, que é capaz de abrigar diversos enfoques multidimensionais que não estão restritos a uma política ou a um princípio específico. Dessa forma, o autor considera que esse seja um tema de urgente discussão, de dimensão internacional, em que a questão dos direitos das minorias deva ser tratada mundialmente de forma séria e comprometida, defendendo que as políticas que promovem tratamentos diferenciados constituem tipos de proteções que assumem a perspectiva da antidiscriminação e abarcam os direitos diferenciadores das minorias.

A Universidade representa um lócus privilegiado de construção de saberes e seus personagens têm historicamente sentido a pressão da sociedade e dos grupos minoritários sobre a necessidade de implantação de disciplinas que atentem para o tema das relações étnico-raciais, principalmente naqueles cursos de formação de professores em que o contato com a diversidade tem sido pauta de várias discussões nos espaços coletivos. Frutos de uma educação eurocêntrica, a maioria dos professores em formação inicial percebe-se despreparada para futuramente lidar com tal problemática em seus processos de atuação, logo que egressa da Universidade. Sobre essa questão Munanga afirma que:

Alguns dentre nós não receberam na sua educação e formação de cidadãos, de professores e educadores, o necessário preparo para lidar com o desafio que a problemática da convivência com a diversidade e as manifestações de discriminação dela resultadas colocam quotidianamente na nossa vida profissional. Essa falta de preparo, que devemos considerar como reflexo do nosso mito de democracia racial, compromete, sem dúvida, o objetivo fundamental da nossa missão no processo de formação dos futuros cidadãos responsáveis de amanhã. Com efeito, sem assumir nenhum complexo de culpa, não podemos esquecer que somos produtos de uma educação eurocêntrica e que podemos, em função desta, reproduzir consciente ou inconscientemente os preconceitos que permeiam nossa sociedade. (MUNANGA, 2005, p. 15).

Uma forte defesa em favor da formação de professores para assumir o compromisso de uma educação antirracista encontra-se no Parecer 03/004, organizado por alguns conselheiros, dentre eles, a professora Petronilha Beatriz Gonçalves Silva. Tal documento busca oferecer uma resposta à população afrodescendente, sobretudo na área da Educação, a uma demanda na qual se inserem as políticas de ações afirmativas versando sobre a decisão política que envolve a obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica, apontando para o impacto nas práticas pedagógicas e, portanto, na formação inicial e continuada de professores. Além disso, destaca a necessidade de um maior investimento em uma sólida formação de educadores em suas áreas específicas e “formação que os capacite não só a compreender a importância das questões relacionadas à diversidade étnico-racial, mas a lidar positivamente com elas e, sobretudo, criar estratégias pedagógicas que possam auxiliar a reeducá-las”. (BRASIL, 2004, p. 8).

Compreendendo a relevância dessa temática para os cursos de licenciaturas, este trabalho teve o intuito de apresentar o relato de uma experiência em que se buscou uma proposta de disciplina que pudesse propiciar a estudantes de alguns cursos de uma Universidade pública, um espaço de debates e reflexões sobre as relações étnico-raciais por meio de saberes teóricos, depoimentos de militâncias e práticas de educadores que, nessa perspectiva, poderiam ser consideradas exitosas.

Considerando a complexidade do debate em torno das questões ético-raciais, tal experiência, além de oportunizar momentos de reflexões aos estudantes de vários cursos da área de Humanidades, buscou oferecer subsídios teóricos e práticos na tentativa de desconstruir saberes e crenças ora cristalizados entre brancos e não brancos no interior da Universidade, constituindo-se de vivências pontuais em que os estudantes puderam conhecer uma centelha da realidade que circunda a vida cotidiana de crianças, jovens e famílias da população negra no Brasil. Nesse sentido, este trabalho tem o objetivo de contribuir com a discussão sobre a necessidade de um currículo que contemple a preocupação de formar professores e outros graduandos comprometidos com o tema das relações étnico-raciais, assim como incrementar o debate sobre as políticas públicas de ações afirmativas.

Metodologia

A unidade curricular “Relações étnico-raciais na educação” é oferecida aos estudantes do curso de Pedagogia e outras licenciaturas (Ciências Sociais, Letras, Filosofia e História) da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo-UNIFESP, no formato de uma disciplina eletiva/optativa. Tal iniciativa se deve ao fato de que em nenhum desses cursos os estudantes têm a possibilidade de discutir abertamente sobre assuntos que abarquem tal temática. Por esse motivo, quando passam pela experiência de estágios curriculares e se aproximam da realidade escolar, começam a ter contato com inúmeras cenas de discriminação e preconceito racial que fazem parte do cotidiano das escolas brasileiras, mas se encontram despreparados para lidar com tais questões.

Tal experiência será relatada considerando os 15 (quinze) encontros realizados na disciplina durante o segundo semestre do ano de 2015 com estudantes do período matutino,

matriculados regularmente. Os procedimentos metodológicos se constituíram de: seleção, organização e análise de encontros com os estudantes no decorrer da disciplina; análise de atividades práticas desenvolvidas pelos estudantes, dentre elas registros de campo e imagens do interior do *campus* pesquisado; descrição e análise de material avaliativo (vídeos temáticos) construídos pelos alunos, e análise de relatórios finais. No decorrer do relato, tais materiais são explorados na medida em que cada assunto é apresentado, sem uma sequência pré-definida, num movimento dialético de idas e vindas entre o desenvolvimento da unidade curricular e os seus desdobramentos.

A disciplina Educação e Relações Étnico-Raciais: questões e temáticas discutidas

Para compreender como os estudantes chegavam até a disciplina e como ocorria a aproximação com a temática das relações étnico-raciais, optou-se por apresentar, no primeiro dia de aula, a possibilidade de eles se apresentarem e falarem por que procuraram cursar a disciplina. Apesar de ser comum a incidência de alguns estudantes engajados no Movimento Negro e/ou militantes que possuem uma visão mais ampliada sobre a questão racial e sobre a luta para a melhoria de condição de vida da população negra, há também uma maioria de outros estudantes brancos e não brancos que nunca tiveram a oportunidade de discutir questões sobre tal tema e esse tem sido um dos maiores motivos apresentados por eles para estarem ali. De um modo geral, alegam que na Universidade as raras oportunidades de se discutir tal temática, dizem respeito a tópicos pontuais e aligeirados que giram em torno de assuntos mais históricos sobre a diáspora africana de forma bastante sucinta, e, portanto, não favorecem o debate sobre assuntos polêmicos como discriminação e preconceito contra a população negra no Brasil.

Nesse primeiro encontro com o grupo, na apresentação individual, os estudantes além de falarem um pouco sobre suas trajetórias na Universidade, também relatam sobre suas expectativas com relação à disciplina. Há algo que pode ser considerado essencial para disparar discussões interessantes nesse primeiro momento: é pedido aos estudantes que, ao se apresentarem, façam sua autodeclaração de cor, tendo em vista os critérios estabelecidos pelo IBGE. Esse momento é oportuno para a discussão sobre as dificuldades da autoidentificação, tema importante de pesquisa na área (MUNIZ, 2012). Nessa

oportunidade, discutimos longamente sobre a miscigenação no Brasil e as diferentes categorias de cor/raça encontradas pelos brasileiros, muitas vezes porque se definir como negro implica assumir uma identidade atrelada a uma ideologia específica e uma tomada de consciência sobre estar e ser em uma sociedade estruturalmente racista. Sobre essa questão, os estudantes mais engajados com o movimento negro acabam “dando aula” aos colegas sobre o que significa se autodeclarar negro, assim como explicam as posturas que tomaram depois que assumiram suas características raciais e passaram a defender algumas das principais premissas apontadas pelo Movimento Negro.

O programa da disciplina flutua de um semestre para o outro, mas contém no seu bojo uma essência voltada para as discussões que envolvem a população negra na educação. Depois do primeiro encontro, colocam-se discussões mais conceituais sobre raça, etnia, racismo, discriminação e preconceito. Em seguida, há uma passagem pela história dos processos de escravização da população negra a partir da realidade brasileira, apresentando os trabalhos de Munanga (2004) e Schucman (2010), em especial sobre a categoria “raça” como uma expressão conceitual e social importante para as discussões sobre racismo na realidade brasileira.

Continuando as discussões sobre o assunto, trabalhamos com a impressão de jornais datados da época pós-abolição, utilizando parte do acervo organizado por Ferrara (1981) a partir do levantamento de jornais coletados no âmbito de sua pesquisa: *A Imprensa Negra Paulista (1915-1963)* na Universidade de São Paulo. Segundo a autora, tal coleção de jornais foi reunida junto aos velhos militantes dos Movimentos Negros e traz textos do *Auriverde* (1928); *Alvorada* (1920); *A liberdade* (1919, 1920); *Chibata* (1932); *O Baluarte* (1904); *A voz da raça* (1933-1934), dentre outros. O acervo encontra-se no site: <http://biton.uspnet.usp.br/impresnanegra/>, com acesso à digitalização de alguns textos desses jornais.

Na ocasião desse encontro, os alunos divididos em duplas ou trios leem algumas páginas dos jornais, procurando impressões sobre educação: uma das bandeiras do Movimento Negro com maior impacto nesse tipo de imprensa da época. A ideia de buscar textos originais desse momento histórico ocorreu a partir da leitura e discussão do texto *Movimento Negro e Educação*, de Gonçalves e Silva (2000), no qual se apresentam algumas

das primeiras reivindicações da população negra, apontando a educação como prioritária, dadas as altas taxas de analfabetismo entre os negros da época e a impossibilidade de acesso às escolas oficiais e ao mundo do trabalho. A experiência de apresentar esses jornais aos estudantes propiciou algumas descobertas sobre a população negra e o histórico de dificuldades de acesso à educação, pois se acredita, conforme afirma Gomes (2012, p. 736), que “A imprensa negra paulista, com suas diferentes perspectivas, também pode ser considerada como produtora de conhecimento sobre a raça e as condições de vida da população negra.” Esses primeiros encontros com os estudantes e a inserção dessas primeiras discussões são vistos como um pequeno processo de sensibilização. Tal momento tem se mostrado importante para apresentar aos estudantes argumentos históricos e científicos que possam orientar as discussões sobre as discrepâncias ou disparidades sociais e econômicas entre brancos e negros na sociedade brasileira.

Num terceiro momento do curso, apresenta-se um bloco de autores e textos voltados para a compreensão da realidade da população negra nos espaços educacionais mais atuais. Parte-se de uma discussão geral sobre o preconceito racial nas escolas brasileiras a partir de pesquisa realizada pela UNESCO em cinco capitais (CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, 2006).

No decorrer da disciplina se explora, de forma intensa, muitos materiais audiovisuais em formato de pequenos documentários, filmes, propagandas, dentre outros. Um dos documentários considerados mais importantes para o processo de sensibilização dos estudantes diz respeito ao filme *Olhos azuis*, que data da década de 1970, descrito por Gomes (2005). Tal documentário trata de um dos *workshops* sobre racismo desenvolvidos por Jane Elliott, que ficou famosa por fazer um experimento com seus alunos na década de 70, separando as crianças pela cor dos olhos e os fazendo experimentar atitudes de discriminação, as mesmas praticadas contra os negros. Na ocasião da apresentação deste vídeo, abre-se um debate em que os estudantes discorrem sobre supostas diferenças entre o racismo norte-americano e o brasileiro, explorando-se, também, as teses sobre o racismo à brasileira, o racismo velado e o mito da democracia racial (FERNANDES, 1965).

Após essa etapa, caminha-se para a apresentação de como os processos de discriminação racial são cotidianamente experimentados pelas crianças da educação

infantil (CAVALLEIRO, 2000 e FACCI, 2004), levando aos estudantes o conhecimento de que tais atitudes ocorrem ainda quando as crianças são bem pequenas, como fruto de relações estabelecidas em uma sociedade estruturalmente racista.

Dando continuidade ao assunto sobre o acesso à educação e as desigualdades educacionais entre brancos e negros nos bancos escolares, insere-se a discussão sobre as cotas raciais nas Universidades públicas e os processos de entrada, permanência e formação desses estudantes no âmbito do ensino superior. Além do debate sobre os contrários e os favoráveis a esse tipo de ação afirmativa, apresenta-se o documentário *Raça Humana*, produzido pela TV Câmara, sobre o processo de implantação das cotas raciais na Universidade de Brasília (UnB), mostrando o cotidiano da instituição e o embate polêmico entre alunos e professores que lutam a favor ou contra as cotas raciais. O debate apresentado no vídeo e os textos discutidos nas aulas, assim como as conversas sobre o tema demonstraram-se frutíferos, como destacado por uma estudante de Pedagogia:

Outro ponto a destacar foi o novo entendimento que tive sobre as cotas raciais, antes acabava não compreendendo a necessidade destas, acabando por cair num senso comum bobo, que não busca compreender o real significado destas para uma população que teve seus direitos atrofiados por séculos, ter cotas não significa que sou melhor ou pior que ninguém, não significa que tenho capacidades limitadas, mas significa uma conquista de direitos, é uma questão de empoderamento. Sim, queremos mais negros em Universidades, mais médicos, empresários, mais artistas, mais sonhadores, mais negros. (Relatório final – Danusa, estudante negra)².

Outra estudante, afirma no seu relatório final, como a sua visão com relação às cotas raciais também mudou a partir da discussão sobre o assunto em sala de aula.

Apreendi muito com essa eletiva e mudei muitos de meus conceitos; acredito que o mais significativo para mim foi a questão das cotas, pois antes de iniciar a matéria eu acreditava que elas não eram necessárias, pois pensava: se “todos somos iguais, ter cotas é reafirmar a diferença”, mas com a leitura dos textos e discussões em sala de aula pude compreender que as cotas são necessárias sim, pois mesmo todos tendo a mesma capacidade, as oportunidades não são as mesmas para todos. Hoje sou a favor das cotas e sei argumentar minha posição. (Relatório final – Suellem, estudante branca).

Ainda nessa perspectiva, um dos encontros com o grupo contou com a presença de um militante negro, coordenador de cursos de formação de professores sobre a temática étnico-racial e também de uma professora da rede municipal de ensino que realizou uma experiência exitosa com seus alunos envolvendo cor/raça. Ambos palestrantes contaram um pouco de sua vida pessoal e o que vivenciaram na escola enquanto crianças. Seus relatos foram cheios de momentos em que muitos alunos se emocionaram, sobretudo porque trouxeram histórias de vidas de pequenos estudantes negros que sofriam preconceitos, apresentando as ações desenvolvidas com o intuito de mudar tal realidade.

Num momento seguinte, os estudantes foram levados a aprofundar seus estudos a partir de seminários em várias perspectivas sobre as diferentes imagens do negro no Brasil. Os temas trabalhados foram: imagens do negro na sociedade midiática brasileira (ARAÚJO, 2004; 2006); imagens do negro na Literatura infantil (PASCOLATI, 2015); imagens do negro no livro didático (SILVA, 2005); brinquedos e identidade racial (CECHIN, 2014) e, por fim, imagens da criança negra na história do Brasil (ABRAMOWICZ, 2011).

Sobre a percepção dos estudantes com relação aos seminários, uma aluna aponta:

Estudar a imagem do negro nos seminários foi fundamental para se ter uma compreensão de como este é representado nos diversos segmentos, bem como os valores que estão associados. Mais especificadamente, o seminário em que participei – o negro na literatura infantil –, foi revelador, no sentido de ter possibilitado a análise de algumas obras de Monteiro Lobato, bem como os emblemas que envolvem suas obras, que provavelmente não terá espaço em outras disciplinas, e talvez eu nem tivesse consentimento. (Relatório final – Tereza, estudante branca).

Com relação aos seminários, ressalta-se que apenas os temas foram indicados aos alunos, com a orientação de algumas referências bibliográficas. A forma de apresentação ficou a cargo de cada grupo, que buscou meios específicos de explorar cada uma das temáticas. Antes de organizarem os trabalhos, pediu-se aos estudantes que buscassem maneiras mais dinâmicas de discutirem os assuntos com a turma da classe. A apresentação de cada grupo ocupou todo o período de aula e foi atravessada por perguntas e participações ativas dos outros estudantes e da professora que tentou incrementar a apresentação,

respeitando o repertório dos estudantes. Os grupos dos seminários trouxeram contribuições bastante significativas, pois se empenharam e se dedicaram voluntariamente em visitas a bibliotecas para realizarem pesquisas históricas sobre livro didático e literatura infantil, trazendo dados novos e imagens de textos antigos sobre os temas tratados, assim como a instituições, museus e escolas buscando depoimentos e subsídios teóricos e práticos para apresentar aos colegas de maneira que todos pudessem se envolver no processo.

Relações étnico-raciais e um olhar científico: ensinando a pesquisar

Segundo Verrangia (2015), a necessidade da inclusão de temáticas que consigam fazer uma ponte nas interfaces entre educação científica e a educação das relações étnico-raciais é premente. Nesse sentido, é importante que ao se trabalhar com conteúdos relacionados à cor/raça, o professor possa possibilitar momentos de inserção do estudante universitário no mundo da pesquisa, ainda que de forma incipiente, oportunizando a compreensão do estado dos fenômenos sociais e humanos numa perspectiva crítica, tendo como base os preceitos prescritos por um saber sistematizado, próprio da área acadêmica.

Na disciplina, destacou-se um momento interessante que diz respeito à formação para a pesquisa. Duas atividades pontuais tiveram o objetivo de inserir os estudantes numa perspectiva mais investigativa e crítica a respeito das relações étnico-raciais. A partir da realidade do *campus* e a replicação de instrumentos de investigação obtidos por meio de artigos e pesquisas científicas discutidas no decorrer da disciplina, os alunos foram orientados a ir a campo numa atitude de observadores e interlocutores atentos. Ainda que de forma embrionária por meio de atividades pontuais, tais exercícios serviram como um elemento desencadeador de um olhar mais apurado sobre o que ocorre objetivamente nas relações humanas entre brancos e negros num espaço e tempo determinado.

Em um dos exercícios, a partir da leitura do texto de Schucman (2014), em que a autora discute o racismo estrutural a partir de um estudo psicossocial sobre a branquitude, os estudantes foram convidados a formular cinco questões tendo como base a entrevista realizada pela autora com voluntários que se autodeclaravam brancos. Desse modo, elaboraram em conjunto as seguintes perguntas: 1- Qual a sua cor?; 2- Você se dá conta no seu dia a dia que é branco(a)?; Já pensou sobre isso?; 3- O que é ser branco(a) para

você?; 4- Entre as diferentes cores/raças você acha que há alguma mais bonita?; 5- Você acha que tem atitudes ou traços racistas? Após isso, com esse roteiro em mãos, foram orientados a saírem em duplas, percorrendo os espaços do *campus* à procura de pessoas que pudessem responder tais questões. Discutimos anteriormente sobre os aspectos éticos da pesquisa com seres humanos, principalmente a questão do sigilo das identidades dos participantes e os critérios de inclusão da amostra que iriam pesquisar, passo importante para o desenho do estudo. Incluíram-se apenas participantes voluntários de ambos os sexos, maiores de 18 anos e que se autodeclarassem brancos.

Em média, os alunos ficaram até uma hora e meia nos espaços externos à sala de aula. Ao todo, tivemos sete duplas participando dessa atividade. Na volta, estavam todos animados e com muita vontade de falar sobre como tinha sido a experiência. Passo a passo, as duplas iam apresentando as formas como se aproximaram das pessoas entrevistadas e a cada questão discutíamos os diversos tipos de respostas. Na primeira pergunta sobre a cor dos entrevistados, tivemos respostas variadas. Inicialmente, os estudantes acreditavam que seria mais fácil falar sobre branquitude do que sobre negritude e se surpreenderam com as respostas das pessoas, porque muitas estranhavam o fato de estarem perguntando sobre o que era ser branco. Os estudantes também tiveram dificuldades em conseguir voluntários os quais eles julgavam brancos, porque muitos, ao serem questionados sobre sua cor, diziam ser morenos, pardos, negros ou ainda se recusavam a responder à pergunta. Outra demanda levantada foi sobre o impacto da cor do pesquisador sobre o entrevistado. Alguns alunos negros sentiram que o entrevistado parecia desconfortável ao falar sobre racismo ou sobre a questão estética entre negros e brancos. Os alunos brancos relataram que ficaram mais à vontade para entrevistarem pessoas da mesma cor. Para podermos terminar toda a análise das respostas, precisamos utilizar um segundo encontro em que os alunos se colocaram com mais tranquilidade sobre tal atividade. Nessa ocasião, alguns estudantes declararam que nunca haviam passado pela experiência de entrevistar alguém e demonstraram o desejo de realizarem investigações científicas sobre a temática, como afirmou uma aluna do curso de Pedagogia: “a experiência de fazer em uma das aulas uma entrevista com as pessoas brancas foi impactante, pois não estamos acostumados a pensar o inverso, bem como observar as expressões no *campus*.”. (Relatório final – Teresa, estudante branca).

Um segundo momento, que se apresentou como uma possibilidade promissora de inserção dos graduandos no mundo da investigação, ocorreu na sequência, quando tratamos do preconceito racial enfrentado pelos estudantes universitários. Ao discutirmos o texto de Martins e Geraldo (2013) sobre os percalços enfrentados por alunos negros no ensino superior, os estudantes foram convidados a participar de uma segunda experiência de pesquisa em que puderam vivenciar uma “pincelada” de uma parte importante de um estudo etnográfico: a observação de um determinado espaço social. Nessa direção, utilizando anotações e com o auxílio de câmeras de celulares, os alunos foram orientados a sair por todos os espaços coletivos do *campus* (um prédio de quatro andares com pátio, quadra e área de convivência) registrando tudo o que interpretassem como um indício de como as relações de cor/raça eram percebidas e representadas pelos sujeitos que conviviam naquele espaço social. O objetivo da atividade era poder revelar como grupos específicos de universitários expunham suas ideias sobre as questões étnico-raciais cotidianas nas paredes e espaços internos do *campus* universitário. Posteriormente, discutiríamos o que havia sido documentado, buscando encontrar significados de determinadas ações ou registros pictográficos em paredes de espaços abertos, como áreas de convivência, ou em outros locais mais íntimos, como portas de banheiros e paredes de corredores mais restritos.

O resultado dessa atividade foi surpreendente e envolvente. Na volta para a sala de aula, o sentimento da maioria era um misto de comoção e indignação compondo um quadro de maior compreensão sobre o que estávamos lendo e discutindo até aquele momento. Naquele dia, os estudantes descobriram que as impressões nas paredes do *campus* pareciam “gritar”, dando sentido à intensa luta de classes sociais e raças que pediam por justiça, representadas por uma pequena minoria que, graças às políticas públicas de ação afirmativa, conseguiu vencer a barreira da exclusão e adentrar as portas da Universidade pública. Nesse sentido, olhar o mundo com lente de um cientista social parece ter feito algum sentido para os alunos, como declara um dos estudantes:

Um outro fator muito interessante foi o incentivo à pesquisa que a matéria proporcionou. Em determinados momentos recebemos o convite de pesquisar fora da sala, irmos às ruas e ao ambiente acadêmico para transformar toda a experiência em dados para pesquisa, desde as pichações nos banheiros até a identificação

da branquitude nos indivíduos que circulavam nos arredores da Universidade. Este tipo de método é revigorante, pois permite à pessoa estudante uma, apesar de inicial, nova forma de construir o saber além dos famigerados canetão-lousa-apresentação-de-seminárioprova-final já tão repetitivos e cansativos na academia. (Relatório final – Juliano, aluno negro).

As análises sobre as imagens e escritos foram intensas e ocorreram de maneira bastante entusiástica pela maioria dos estudantes. Por falta de espaço, este trabalho apenas tentou descrever tal atividade, pois muitas foram as considerações levantadas e debatidas, principalmente aquelas que se referiam às dificuldades de entrada e permanência do jovem negro na Universidade. Na tabela a seguir, apresentamos alguns dos registros fotografados nas paredes do *campus*.

Tabela 1- Registros de portas de banheiros, e áreas de convivência

“Tirando a macacada, a UNIFESP é uma ótima Universidade”.
“Sala dos Pretos”.
“Todo camburão tem um pouco de navio negreiro”.
“Poder para o povo preto!”.
“Três pretos mortos por essa instituição”.
“Universidade “pátria educadora” tu és racista, elitista e misógina”.
“Porque deixar de ser racista, não é comer uma preta”.
“Empodere duas negras”.
“Todo povo preto no viver”.
“Afrocentra essa porra toda!”.
“Eu sou fruto do projeto social! Políticas públicas já! Cotas já!”.
“Medo do Quilombo, sinhozinho?”.
“Porque estão sendo desagradáveis comigo há 500 anos.”.
“Que a Universidade se pinte de todas as cores”.

Ao fotografarem os registros nas paredes e portas, os estudantes encontraram também alguns cartazes que tratavam de seminários sobre a temática do negro e eventos relacionados ao mês da Consciência Negra. Alguns reclamaram que existia uma maior quantidade de registros há algumas semanas, mas a parte de zeladoria do *campus* havia realizado uma limpeza geral nas paredes e portas dos banheiros. O interessante é que ainda

assim, muitos escritos começavam a se aglomerar novamente. Outro dado importante registrado pelos estudantes é que nos banheiros, a maior parte das representações pictográficas faziam menção à temática de gênero e homofobia. A discussão sobre os registros girou em torno de reconhecerem a grande opressão sofrida pelos estudantes negros, representada num grito de socorro para a sociedade e para os grupos da academia, já que as frases diziam respeito ao preconceito e discriminação que oprimem a população negra no contexto das relações na Universidade, além de outras que estavam a serviço de um grupo de racistas universitários.

Os trabalhos finais: produção de vídeo temático

O encerramento do semestre se deu com a avaliação dos alunos a partir de produções de um vídeo de curta duração que ocorreu em duplas. A orientação de tal produção teve seu início desde o primeiro dia de aula. A proposta incluía a escolha livre de qualquer tema relacionado às questões étnico-raciais discutidas durante o semestre, desde que fossem originais e com duração entre 5 a 10 minutos no máximo. Nesse dia, a apresentação foi realizada para todo o grupo e precedida por comentários gerais dos participantes sobre cada trabalho em particular. Foi um momento que transpôs os processos de cunho apenas avaliativo, mostrando-se como mais um importante elemento de formação desses estudantes.

Logo após a exposição de cada material, foi aberta a discussão com o grupo no intuito de avaliarmos como os alunos apreenderam a temática e como realizaram suas reflexões a partir do processo de construção do trabalho. Os estudantes puderam utilizar a tecnologia a favor de suas construções sobre o tema, como relatado: “os vídeos foram uma surpresa: mesmo aqueles que não têm afinidade com algumas tecnologias puseram-se a elaborá-los, superando-se”. (Relatório final – Lidiane, estudante branca).

Com relação às temáticas elencadas pelos estudantes para a realização das produções destacamos algumas, quais sejam:

- 1- Discussão da estética feminina negra, incluindo cabelos e corpo da mulher negra; depoimentos de mulheres negras explicando como se sentem nos ambientes sociais e estudantes falando sobre a opção consciente e ideológica

por manter os cabelos sem a aplicação de produtos químicos que alisem ou modifiquem a sua estrutura; depoimentos de pessoas que trabalham em salão de beleza afro-brasileiro.

- 2- Produções que apontam para as questões relativas ao preconceito e à discriminação racial em ambientes institucionais (depoimentos de homens e mulheres negras que já passaram por essas situações durante a vida).
- 3- Discussão sobre o local social do negro e do branco nas grandes metrópoles, mostrando imagens de locais públicos mais “elitizados” como restaurantes mais caros, portões de embarque de voos internacionais, áreas internas de *shoppings* de bairros mais abastados da cidade, dentre outros locais, com o intuito de demonstrar como a população negra é escassa nesses ambientes.
- 4- Relações raciais no ambiente escolar demonstrando depoimentos de professores e de adolescentes sobre como vivenciam a questão da raça/cor e da diferença nos contextos escolares.
- 4- Ambientes e pessoas moradoras de rua no intuito de mostrar como “a pobreza tem cor”, apontando a maior concentração de indivíduos negros em situação de miséria e penúria na grande metrópole.
- 5- Entrevistas com líderes religiosos de matrizes africanas explicando alguns aspectos de suas “doutrinas” e reafirmando o preconceito sofrido no Brasil. Num desses trabalhos, um estudante branco trabalha com o tema “a religião afro empretece as pessoas”, por ter sentido na pele o preconceito por fazer parte de uma dessas religiões.
- 6- O negro no teatro e nas mídias televisivas e as dificuldades dessa população em conseguir trabalho. O menosprezo pela população negra que ocupa papéis de subalternidade nos programas da televisão brasileira.
- 7- A temática dos jogos eletrônicos, nos quais se ressalta a presença expressiva de personagens masculinos e brancos, demonstrando a dificuldade dos produtores em construir super-heróis negros e femininos.
- 8- Depoimentos dos próprios alunos e de seus familiares negros demonstrando como a universidade e a militância mudaram a forma de ver o mundo, assim

como o contato com lideranças e o conhecimento histórico sobre os seus descendentes fizeram com que pudessem assumir as suas identidades.

- 9- Apresentação de uma pequena pesquisa com crianças brancas e não brancas do grupo social dos estudantes sobre o lápis cor da pele e como eles se percebem enquanto se desenham.
- 10- Visitas e entrevistas com pessoas de instituições que trabalham com a temática étnico-racial como fundamento de suas atividades.

Sobre a apresentação dos vídeos como um momento de avaliação, a aluna Suellem aponta:

Considero que a forma como se deu a avaliação foi muito justa e inovadora, principalmente a proposta de criação do vídeo. A produção do vídeo foi muito mais significativa para mim do que teria sido uma avaliação escrita; pude aprender muito com a criação, não somente em relação ao conteúdo abordado no vídeo, mas também como produzir um. (Relatório final – Suellem, estudante branca).

Nessa oportunidade, o que deveria ser um momento apenas de avaliação, passou a ser um momento de aprendizagem porque os estudantes puderam trocar informações com os seus pares sobre as diversas possibilidades de pensar a temática a partir das diferentes criações que apareceram representadas nas produções dos vídeos. Esse momento se mostrou como uma proposta de intensa troca entre os alunos e professora.

Os relatórios finais: momento de análise e síntese sobre o processo

Na experiência com a disciplina nos cursos de Humanidades da Universidade é possível perceber um aumento significativo do interesse dos estudantes e professores na discussão sobre as relações étnico-raciais. Sobre essa questão, Verrangia (2015) afirma que o aumento do interesse por essa área é verificado em trabalhos de conclusão de curso que apontam para a formação de novos pesquisadores, ou, ainda, na participação de bancas de trabalhos de pós-graduação, com dissertações e teses que geram cada vez mais materiais sobre a temática das relações étnico-raciais. Entretanto, quando se aprofunda o debate sobre a necessidade de mudanças nos currículos de alguns cursos, possibilitando a inserção de disciplinas dedicadas à temática, as discussões se perdem e se esvaziam.

Mesmo assim, o tema tem despertado o interesse dos alunos que exigem a obrigatoriedade da disciplina nos cursos de graduação:

A matéria deveria ser obrigatória a todos os cursos da Universidade, infelizmente todas as UCs (Unidades curriculares) que envolvem questões étnico-raciais, de gênero e afins seguem sendo eletivas e feitas por um número muito restrito de estudantes. Acredito que para a formação não só como licenciados, mas como bacharéis essa matéria se faz essencial para abordar essas questões tanto em sala de aula, quanto no cotidiano – contribuindo para as/os estudantes negras/os que ainda estão em construção da sua identidade e consciência, bem como para estudantes brancos para que questionem seus privilégios e lugar de mundo que ocupam, contribuindo para a desconstrução dos mesmos. (Lorena, estudante negra).

Além de desconstruir preconceitos e colaborar para a construção de conhecimentos na área, a disciplina pode favorecer a entrada de novos professores no mercado de trabalho. Ao estudar a temática, aos educadores é ofertada a oportunidade de se familiarizarem com o tema e buscarem meios de atuar com seus alunos de forma mais assertiva nas relações estabelecidas no interior da escola, como afirma Danusa:

Finalizo esta avaliação falando da importância da UC e sobre a necessidade de esta ser uma disciplina obrigatória no Curso de Pedagogia, uma vez que é obrigatório, por lei, que a temática “étnica-racial” seja trabalhada na escola e, portanto, se esta é obrigatória, coloco que seja essencial que os professores estejam preparados para trabalhar com esta, não de modo estereotipado, mas de modo a ressignificá-la, quebrando com os paradigmas impostos socialmente. (Relatório final – Danusa, estudante branca).

Ainda sobre a importância da disciplina para a formação de professores e da necessidade que essa unidade curricular se torne obrigatória para os alunos que farão parte da massa de futuros educadores no Brasil, Clarissa defende que:

O curso em si é muito interessante e seria importante colocar em questão para se tornar uma unidade curricular fixa, já que todos os futuros professores terão alunos negros em suas salas. Pois na nossa formação já há um déficit no qual o aluno escolhe se quer ou não cursar essa disciplina, e pode ser que, em seu período de graduação, nunca ouça nada relacionado ao tema e acabe por discriminar seus alunos. Trabalhar o tema de forma consciente e democrática, desmistificando e auxiliando na construção da identidade das crianças é papel fundamental do professor. (Relatório Final – Clarissa, estudante branca).

A mesma estudante coloca um ponto crucial nas discussões sobre a importância da temática na formação inicial e continuada de professores: o medo da temática. Na trajetória de pesquisa e docência é comum perceber o quanto alguns estudantes tendem a apresentar um certo medo ou receio de tratar desse tema em discussões corriqueiras. Por desconhecimento da problemática, por se expor a partir daquilo que aprenderam em uma sociedade estruturalmente racista, os estudantes acabam se esquivando desses debates:

A disciplina contribuiu para a minha formação tanto acadêmica quanto pessoal. Na parte acadêmica me fez enxergar que não posso ter medo de tratar o tema, pois como professora é meu dever e direito ter um diálogo com os alunos, para que cada situação seja discutida e o racismo não seja silenciado; e como pessoa, por me fazer enxergar outros pontos de vista, refletir sobre discursos ouvidos em sala, e pensar em meus preconceitos internalizados, já que como pessoa branca, nunca sentirei na pele as discriminações que as pessoas negras sentem, mas é meu dever desmistificar o preconceito e ajudar na luta pela causa. (Relatório Final – Clarissa, estudante branca).

Embora muitos alunos se amedrontem com o tema das relações étnico-raciais e outras temáticas complexas como as de gênero, uma maneira encontrada para que todos pudessem se sentir contemplados, foi oferecer um espaço de debate e reflexões em que a participação desses estudantes fosse uma constante. Desse modo, a prática dialógica mostrou-se um caminho promissor, numa disciplina em que foi possível aprender expondo dúvidas e saberes, como apontado por Gilberto:

Contando com atividades avaliativas puramente dialógicas, nos foi exigida a apresentação de um seminário e a produção de um vídeo. Em ambos os casos, o envolvimento do corpo discente se deu praticamente naturalmente, já que a forma como a educadora nos tratou – respeitando nossos repertórios e nos conferindo a sensação de que nossa contribuição é de fato relevante e transformadora – nos incentivou enormemente a sentir que nossa participação não seria apenas recompensada com humildade e criticidade como, também, de forma construtiva e não punitiva. Desta forma, não há motivos para que o corpo discente se sinta intimidado a ceder suas opiniões – como ocorre em vários outros cursos – visto que o academicismo nunca foi um fator predominante na relação educando-educador e educador-educando nesta unidade curricular. Isso não significa que o que é dito não passa por crítica ou provém puramente do senso comum. Apenas significa que os temas podem ser debatidos sem a desumanização e o silenciamento do corpo discente. (Gilberto, estudante branco).

Na mesma direção, uma aluna negra militante colocou-se, apresentando a sua percepção de Universidade como um espaço de exclusão da mulher negra. Verificase em seu relato o quanto tal espaço pode ser hostil e intimidador para as populações menos favorecidas. A aluna também acabou defendendo a ideia de que disciplinas que contemplem discussões que abarquem o interesse das minorias sejam obrigatórias nos currículos de todos os cursos.

Pessoalmente falando, essa foi a matéria em que mais me senti respeitada e agente de minha própria história em quatro anos de Unifesp. Confesso que, no início, fiquei um pouco receosa e não é por acaso, haja vista que quase todos os ambientes são hostis às mulheres negras e, ao me matricular, queria algo que pudesse me formar e fazer respirar; o ambiente universitário é totalmente excludente e racista, haja vista o número de alunas/os negras/os que não concluem a graduação, parte da violência de todo esse processo é reiterada pelos muros da universidade. Contudo, desde o primeiro dia, a postura da educadora Edna Martins em ouvir, colocar privilégios no ventilador, questionamentos em sala e afins me fizeram acreditar novamente que vale a pena seguir na luta. Essas atitudes fizeram querer ainda mais pressionar a universidade para que essa UC e todas as outras que abordem questões de minorias sejam parte do currículo obrigatório. (Relatório final – Lorena, estudante negra).

A maioria dos relatórios individuais dos estudantes expressaram a necessidade de que a discussão das relações étnico-raciais esteja em foco na Universidade pública. Esse parece, de fato, ser um assunto de interesse comum entre os jovens brancos e negros que estão em processo de formação no campo das Humanidades e que, em sua maioria, fazem cursos de licenciatura como os que participaram desta experiência. A necessidade urgente de que os currículos sejam repensados para abarcar essa temática, foi demonstrado junto aos discursos e participação efetiva de todos os estudantes que fizeram parte desta disciplina.

Considerações finais

Após mais de uma década da implementação da Lei nº 10.639, em 2003, considerada um dos marcos fundamentais na história das lutas do Movimento Negro contra o racismo e pela democratização do ensino, ainda há muito o que fazer. A experiência pontual de uma disciplina semestral eletiva com apenas quinze encontros, ministrada por uma professora branca (já que o corpo docente da Universidade carece de

professores negros) demonstrou que os estudantes anseiam por aprender sobre a temática e desenvolver estudos relacionados ao campo das relações étnico-raciais, porém, muito pouco lhes é oferecido.

Os exercício de vivenciar o que é ser branco e ser negro numa tentativa de inserir os estudantes no campo da pesquisa científica, principalmente aquele no qual os alunos pudessem registrar as representações pictográficas nas paredes do *campus* universitário, indicou que a questão raça/cor, assim como a entrada e permanência dos alunos negros no ensino superior é uma área que merece grande preocupação de professores, pesquisadores e de todos os atores que compõem a Universidade, sobretudo, daqueles que trabalham em prol de políticas públicas educacionais na atualidade.

Possibilitar aos estudantes brancos e não brancos a vivência de ouvir de forma respeitosa seus pares e compreender como ocorrem os processos discriminatórios, principalmente aqueles ligados aos processos de escolarização, se mostrou uma das grandes experiências dessa unidade curricular, como apontado em relatório de uma das alunas: “os momentos que mais ficaram marcantes foi quando cada um começou a trazer seus próprios relatos, e poder ver que isso acontece com amigos tão próximos, e que algo deve ser feito [...]”. (Suzane, estudante branca).

Oxalá consigamos trabalhar de forma efetiva na educação contra o racismo e todas as outras formas de opressão que assolam a vida de crianças e jovens neste país. Para tanto, há que se pensar um novo currículo, um corpo docente interessado na temática e um novo olhar sobre os processos educativos. Há alguns caminhos, basta começarmos a trilhar.

Referências

- ABRAMOWICZ, A. et al. Imagens de crianças e infâncias: a criança na iconografia brasileira dos séculos XIX e XX. *Perspectiva*. Florianópolis, v. 29, n. 1, p. 263-293, 2011.
- ARAÚJO, J. Z. A negação do Brasil. *O negro na telenovela brasileira*. São Paulo: Senac, 2004.
- ARAÚJO, J. Z. A força de um desejo – a persistência da branquitude como padrão estético audiovisual. *Revista USP. Racismo II*. São Paulo, n. 69, p. 72-79, março/maio 2006.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. *Parecer CNE/CP nº 3/2004*, aprovado em 10 de março de 2004. Instituiu Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Relatora: Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. Acesso em 19 fev. 2014.
- CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. *Relações Raciais na escola: reprodução de desigualdades em nome da igualdade*. Brasília: UNESCO, 2006. v. 1. 370 p.
- CAVALLEIRO, E. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. São Paulo: Contexto, 2000.
- CECHIN, M. B. C.; DA SILVA, T. Uma bailarina pode ser negra? Crianças, bonecas e diferenças étnicas. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 14, n. 2, p. 610-627, 2014.
- ELLIOTT, J. *Olhos Azuis* (Blue Eyes: all in one). Documentário. 170 min. 1996. Mais informações no website: www.janeelliott.com, acessado em 23 de janeiro de 2016.
- FAZZI, R. de C. *O drama racial de crianças brasileiras: socialização entre pares e preconceito*. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2004. Prefácio, Introdução, cap. IV e V.
- FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1965.
- GONÇALVES, L. A. O.; SILVA, P. B. G. Movimento negro e educação. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 15, p. 134-158, set./dez. 2000.
- GOMES, N. L. Movimento negro e educação: resignificando e politizando a raça. *Educação e Sociedade*, v. 33, n. 120, p. 727-744, 2012.
- GUIMARÃES, A. S. A. Entrevista com Carlos Hasenbalg. *Tempo social*, v. 18, n. 2, p. 259-268, 2006.
- HASENBALG, C. A.; SILVA, N. do V. *Estrutura social, mobilidade e raça*. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.
- HASENBALG, C. A.; SILVA, N. do V. Raça e oportunidades educacionais no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, n. 73, p. 5-12, 1990.
- KYMLICKA, W. The new debate on minority rights (and postscript). In: Anthony Simon Laden e David Owen (Ed.). *Multiculturalism and Political Theory*, p. 25- 59. Cambridge: Oxford University Press, 2007.

- MARTINS, E.; GERALDO, A. das G. A Influência da Família no Processo de Escolarização e Superação do Preconceito Racial: um estudo com universitários negros. *Revista Psicologia Política*, v. 13, n. 26, p. 55-73, 2013.
- MUNANGA, K. Negritude afro-brasileira: perspectivas e dificuldades. *Revista de Antropologia*, p. 109-117, 1990.
- MUNANGA, K. (Org.). *Superando o Racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: BRANDÃO, André Augusto P. *Cadernos PENESB*, Niterói: EDUFF, v. 5, p. 15-34, 2004.
- MUNIZ, J. O. Preto no branco? Mensuração, relevância e concordância classificatória no país da incerteza racial. *Dados*, v. 55, n. 1, p. 251-82, 2012.
- PAIXÃO, Marcelo J. P.; CARVANO, Luiz M. *Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil, 2007-2008*. Editora Garamond, 2008.
- PASCOLATI, S. A. V.; GODOY, M. C. de. Representações da Diversidade Étnica em Obras da Literatura Infantil e Juvenil. *Claraboia*, v. 1, n. 2, p. 130-144, 2015.
- PINTO, R. P. “Raça e educação: uma articulação incipiente. *Cadernos de Pesquisa* n. 80, p. 41-50, 1992.
- ROSEMBERG, F. et al. *Diagnóstico sobre a situação educacional de negros (pretos e pardos) no Estado de São Paulo*. FCC/Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, 1986.
- ROSEMBERG, Fúlvia. Relações raciais e rendimento escolar. *Cadernos de Pesquisa*, n. 63, p. 19-23, 1987.
- SCHUCMAN, L. V. Racismo e antirracismo: a categoria raça em questão. *Revista Psicologia Política*, v. 10, n. 19, p. 41-55, 2010.
- SCHUCMAN, L. V. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. *Psicol. soc. (Online)*, v. 26, n. 1, p. 83-94, 2014.
- SILVA, A. C. A desconstrução da discriminação no livro didático. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). *Superando o racismo na escola*. Brasília: MEC, 2005.
- TAYLOR, C. *El multiculturalismo y la política del reconocimiento*. Tradução de Mónica Utrilla de Neira. México: Fondo de Cultura Económica, 1993. p. 43-107.
- VERRANGIA, D. Educação científica e diversidade étnico-racial: o ensino e a pesquisa em foco. *Interacções*, v. 10, n. 31, 2015.
- WILLINSKY, J. Política educacional da identidade e do multiculturalismo. *Cadernos de Pesquisa*, n. 117, p. 29-52, 2002.

Notas

- ¹ Dra. em Psicologia da Educação pela PUC/SP; profa. do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Paulo – Unifesp. emartinsunifesp@gmail.com.
- ² Todos os nomes de pessoas apresentados aqui são fictícios para assegurar o sigilo das informações.